O Pé do Tripé

written by Gil Castro | 26 de Novembro, 2026



Uma sociedade pode ter os seus direitos muito bem escritos e os seus alicerces muito mal construídos.

Habitação, trabalho, segurança, cultura, ambiente, proteção social: muitos destes direitos encontram expressão nas constituições e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. São conquistas civilizacionais. Mas a distância entre uma sociedade que os proclama e uma sociedade que os cumpre mede-se na vida de cada pessoa. De pouco serve reconhecer o direito à habitação a quem não consegue uma casa. Ou garantir liberdade de expressão a quem vive com medo de falar. Os princípios precisam de instituições que os concretizem e de cidadãos que os respeitem, mesmo quando isso lhes exige alguma coisa.

E há uma distância ainda mais perigosa: a que separa uma sociedade que cumpre de uma sociedade que apenas parece

cumprir. Os direitos continuam escritos, os números apresentam-se como prova de sucesso e a vida das pessoas continua por resolver.

Entre os múltiplos pilares desta construção, considero três fundamentais: Justiça, Saúde e Educação. Da sua força depende a nossa capacidade de transformar direitos em possibilidades reais. A Justiça protege-os e permite reclamar o seu cumprimento. A Saúde dá-nos condições para viver com autonomia e exercer a liberdade. A Educação ajuda-nos a compreendê-los, a reconhecer quando são violados e a respeitá-los nos outros. Formam um tripé que sustenta uma sociedade justa, saudável e livre.

A Justiça deveria garantir uma condição elementar: que a dignidade de uma pessoa não depende do seu dinheiro, da sua influência ou do apelido que carrega. Que podemos ser diferentes sem valer menos perante a lei. Que temos liberdade para viver, pensar e dizer, respeitando os direitos de quem vive ao nosso lado.

Essa liberdade exige proteção contra o abuso, mas também responsabilidade pelo que fazemos com ela. A igualdade torna-se difícil quando cada um exige para si uma exceção. Os tribunais são indispensáveis, mas o sentido de justiça revela-se também na forma como tratamos quem depende de nós, no respeito por um compromisso ou na recusa de um privilégio que nos indignaria ver concedido ao vizinho.

E a Justiça precisa de chegar a tempo. Para quem espera um salário em atraso, uma indemnização ou a resolução de um conflito familiar, a demora pode comprometer a própria vida que a decisão deveria proteger. A venda nos olhos da Justiça só faz sentido se a sua mão chegar a todos.

A Saúde sustenta outra dimensão da liberdade: a possibilidade de viver com autonomia, de trabalhar, de participar e de escolher. A doença pode reduzir o mundo de uma pessoa a uma

dor, a uma dependência ou à espera de uma resposta. Por isso, o acesso a cuidados não pode depender excessivamente da capacidade de pagar. Quando alguém adia um tratamento por falta de recursos, pode perder rendimento, mobilidade, projetos e tempo de vida.

Uma sociedade saudável precisa de prevenção, de cuidados acessíveis e de profissionais com condições para os prestar. O bem-estar individual tem consequências coletivas, e as condições em que vivemos condicionam as escolhas que podemos fazer. A responsabilidade é, por isso, partilhada: cada pessoa responde pela sua saúde e pela dos outros; a sociedade, pelas condições que cria.

A Justiça e a Saúde encontram-se muito antes de chegarmos a um tribunal ou a um hospital. Encontram-se nas condições de trabalho, na proteção de quem é vulnerável e na possibilidade de uma doença não se transformar numa condenação à pobreza.

É aqui que entra a Educação, o terceiro pé. E é nele que reconheço uma responsabilidade maior. Todos os pés são necessários, mas este prepara quem sustenta os outros dois.

A Educação forma quem cuida, quem julga e quem governa. Forma também quem precisa de compreender uma decisão, avaliar uma promessa, reconhecer uma injustiça ou exigir responsabilidade.

Mas essa tarefa é maior do que transmitir conhecimentos ou atribuir diplomas. Uma pessoa pode saber muito e respeitar pouco. Pode dominar uma profissão e usar essa competência para explorar a fragilidade de alguém. A instrução, por si só, não nos torna justos.

Educar exige o desenvolvimento do discernimento, da responsabilidade e da capacidade de conviver. Aprender a pensar, a escutar, a discordar e a reconhecer a possibilidade de estar errado. Compreender que a liberdade também deve poder ser exercida por aqueles de quem discordamos. Que a igualdade nos obriga quando deixamos de ser os beneficiários. E que a

fraternidade começa por reconhecer no outro uma pessoa com a mesma dignidade.

Esta aprendizagem faz-se na escola, na família, nas instituições e no exemplo de quem exerce autoridade. Uma sociedade educa também pelo que recompensa, tolera ou deixa impune. Não pode ensinar respeito e premiar a arrogância; pedir honestidade e desculpar o favorecimento; defender o mérito e abrir caminho à conveniência.

Na Educação, as falhas podem permanecer ocultas por anos. Uma dificuldade de aprendizagem que não é resolvida pode comprometer o que uma criança aprenderá a seguir. Algumas famílias conseguem pagar explicações, acompanhar os estudos ou procurar outra escola. Outras dependem inteiramente da resposta pública. Quando essa resposta falha, a Educação aprofunda as desigualdades que deveria ajudar a superar.

As consequências atravessam gerações e instituições. Perdem-se oportunidades individuais e enfraquece-se a capacidade coletiva de distinguir competência de aparência, autoridade de abuso e interesse público de vantagem pessoal. A desigualdade que se instala na sala de aula

pode reaparecer no consultório, no tribunal e na forma como cada um consegue participar na sociedade.

A responsabilidade maior da Educação não dispensa o equilíbrio entre os três pés. Uma população instruída continua a precisar de cuidados. Uma população saudável precisa de proteção contra o arbítrio. E boas leis pouco valem se as pessoas não conseguirem fazer valer os seus direitos.

Os três precisam de continuidade, de exigência e de um horizonte maior do que o de um mandato. Formar professores, profissionais de saúde ou magistrados, organizar serviços e corrigir desigualdades exige anos de trabalho. Mas governamos demasiadas vezes ao ritmo da urgência, da pressão mediática e das próximas eleições. Respondemos ao problema que hoje domina

as notícias e adiamos as condições que poderiam evitar o de amanhã.

Cada governo deve poder corrigir o que falha, mas também precisa de preservar o que funciona e avaliar os resultados antes de voltar a mudar de rumo. Entretanto, a vida não espera: uma criança cresce, uma doença agrava-se, um conflito prolonga-se. E quem tem menos recursos dispõe de menos alternativas para escapar às consequências desta gestão permanente do momento.

Governar assim também comporta uma tentação: melhorar a fotografia antes de melhorar a realidade.

Que saúde garantimos a quem espera um ou dois anos por uma consulta? Que justiça fazemos a quem espera anos por um julgamento? Que futuro construímos quando baixamos a fasquia da Educação para que os números fiquem bem na fotografia?

Uma consulta que chega tarde pode encontrar uma doença que já avançou. Uma sentença tardia pode reconhecer um direito quando já pouco consegue reparar o dano causado pela sua violação. E melhores resultados escolares podem esconder uma aprendizagem mais pobre, se o sucesso passar a medir-se pela facilidade de aprovação.

Nenhum destes pés se fortalece com a aparência de que funciona. É preciso que cada pessoa sinta, na sua vida, a força dos direitos que lhe reconhecemos e a responsabilidade de respeitar os direitos dos outros.

À Educação cabe ainda formar quem exige que os outros dois cumpram. Se também ela se render à aparência, enfraquece-se a capacidade de reconhecer e corrigir as falhas de todo o tripé.

Que futuro tem uma sociedade que descuida os pés que a mantêm de pé?